



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 9/XII/ 1.ª SL

Aos 07 dias do mês de Setembro de 2011, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 11 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da acta n.º 8 (reunião de 31 de Agosto de 2011);
2. Apresentação e discussão do Projecto de Resolução n.º 34/XII/1.ª (PS) - "Recomenda ao Governo a manutenção da linha ferroviária entre o Porto e Vigo, bem como a modernização da linha e da matéria circulante";
3. Apresentação e discussão do Projecto de Resolução n.º 53/XII/1.ª (PCP) - "Recomenda uma profunda alteração no financiamento da empresa Metro do Porto, S.A., que permita o relançamento faseado da 2.ª fase da rede do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto, incluindo a extensão da Linha Verde, entre o ISMAI (Maia) e a Trofa";
4. Apreciação da informação resultante da discussão em Comissão do Projecto de Resolução n.º 52/XII/1.ª (PCP), "Pela correcta repartição de receita dos passes intermodais e combinados pelos operadores de transportes";
5. Apreciação e votação do requerimento do PS para audição do Senhor Ministro da Economia e do Emprego, sobre o passe social + e outras medidas previstas no que concerne aos tarifários dos transportes;
6. Votação do requerimento oral apresentado na anterior reunião, pelo Deputado Luís Menezes (PSD), para que se realize a audição das Estradas de Portugal e da Inspeção-Geral de Finanças, a propósito do relatório elaborado por esta última, em reunião conjunta com a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública;
7. Outros assuntos.

Por impossibilidade do Senhor Presidente, assumiu a presidência da Comissão a Senhora Vice-Presidente, Deputada Ana Paula Vitorino.

1. Apreciação e votação da acta n.º 8 (reunião de 31 de Agosto de 2011);

No primeiro ponto da ordem do dia, foi aprovada por unanimidade a acta n.º 8, relativa à reunião da Comissão de 31 de Agosto de 2011.

2. Apresentação e discussão do Projecto de Resolução n.º 34/XII/1.ª (PS) - "Recomenda ao Governo a manutenção da linha ferroviária entre o Porto e Vigo, bem como a modernização da linha e da matéria circulante";



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 9/XII/ 1.ª SL

O Senhor Deputado Renato Sampaio (PS), apresentou o Projecto de Resolução, reiterou as razões aduzidas na exposição de motivos e realçou a importância da linha Porto/Vigo para a zona noroeste peninsular, constituída pelo Norte de Portugal e a Galiza. Destacou também a necessidade de requalificar a linha, tanto em infra-estruturas como em material circulante, para atrair passageiros, ressaltando-se, ao mesmo tempo, as questões ambientais e energéticas. Concluiu, defendendo que Portugal não pode ficar dependente do que Espanha possa querer fazer no troço entre Valença e Vigo.

Usou da palavra o Senhor Deputado Adriano Rafael Moreira (PSD), para discordar do conteúdo da exposição de motivos, comparar o serviço oferecido pela ligação ferroviária e o oferecido pela ligação rodoviária, recordar a requalificação recentemente feita na linha Porto/Braga e na variante da Trofa, reconhecer a necessidade de intervenção no troço entre Nine e Valença e considerar o material circulante na linha Porto/Braga como o melhor e mais moderno da CP. Concluiu lembrando que o Governo se comprometeu a apresentar, durante o mês de Setembro, o Plano Estratégico de Transportes.

Por sua vez, o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) concordou com a necessidade estratégica da ligação ferroviária Porto/Vigo, mas considerou o Projecto de Resolução frágil, com falta de rigor para explicar a necessidade de obras e em que sentido e quando devem ser feitas, tendo recordado que há já alguma intervenção realizada.

A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) acompanhou a preocupação de modernização da linha, que, a não realizar-se, afasta as pessoas e é mais um argumento para o seu encerramento, mas questionou a não utilização dos fundos europeus para as regiões transfronteiriças neste caso.

Pelo Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) foi frisado que o que estava em discussão era a linha do Minho, mais propriamente o troço Nine/Valença, e não a linha Porto/Braga. Criticou ainda o facto de se ter permitido a degradação da linha durante 6 anos e vir agora apresentar um projecto de resolução a solicitar a requalificação da linha.

Finalmente, tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Renato Sampaio (PS), para esclarecer que se tinha insurgido contra a suspensão da alta velocidade nessa linha, que decorreu de uma exigência do PSD; que o PS tinha desvalorizado esta ligação até determinada altura, porque estava convencido que o PSD iria honrar os compromissos assumidos pelo Governo português na Cimeira Ibérica da Figueira da Foz; e que o PS não desistirá da ligação de alta velocidade entre Porto e Vigo, mas espera que quando isso acontecer existam fundos comunitários como os que estão agora disponíveis no programa da rede ferroviária de alta velocidade. Concluiu, reiterando a importância da ligação ferroviária Porto/Vigo e da sua manutenção bem como de Portugal não ficar dependente do que o Governo espanhol decida a respeito do troço Valença/Vigo.

3. Apresentação e discussão do Projecto de Resolução n.º 53/XII/1.ª (PCP) - "Recomenda uma profunda alteração no financiamento da empresa Metro do Porto, S.A., que permita o relançamento faseado da 2.ª fase da rede do Sistema



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 9/XII/ 1.ª SL

de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto, incluindo a extensão da Linha Verde, entre o ISMAI (Maia) e a Trofa";

O Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) solicitou o adiamento da apresentação e discussão deste Projecto de Resolução, uma vez que o Senhor Deputado Honório Novo (PCP), que o deveria apresentar, estava nesse momento a presidir à reunião da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública.

4. Apreciação da informação resultante da discussão em Comissão do Projecto de Resolução n.º 52/XII/1.ª (PCP), "Pela correcta repartição de receita dos passes intermodais e combinados pelos operadores de transportes";

A Senhora Vice-Presidente deu conta de ter sido distribuída a informação resultante da discussão em Comissão do Projecto de Resolução n.º 52/XII/1.ª e de que a mesma iria ser enviada à Senhora Presidente da Assembleia da República.

5. Apreciação e votação do requerimento do PS para audição do Senhor Ministro da Economia e do Emprego, sobre o passe social + e outras medidas previstas no que concerne aos tarifários dos transportes;

O Senhor Deputado Duarte Cordeiro (PS) apresentou o requerimento, argumentando que o mesmo surge na sequência da apresentação deste passe social e da polémica e discussão pública que suscitou e lembrando que o Senhor Ministro da Economia e do Emprego remeteu para Setembro declarações à Comissão sobre a compensação social ao aumento das tarifas de transportes. Concluiu, afirmando que o seu Grupo Parlamentar consideraria qualquer voto contra este requerimento como uma obstaculização ao dever de fiscalização política da actuação do Governo por parte da Assembleia da República.

O Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) argumentou que o PSD e o Governo têm manifestado toda a disponibilidade para debater todas as temáticas da acção governativa mas não se pode entrar numa banalização da audição dos responsáveis governativos, apelando para a necessidade de bom senso e equilíbrio na gestão das audições. Recordou depois que esta medida estava enquadrada no que foi acordado com a troika, e que se tratava da criação de mais um passe social e não da abolição do que já existia. Concluiu, sugerindo que esta audição decorresse no âmbito das que se realizam ao abrigo do artigo 104.º, n.º 2, do Regimento e considerando o requerimento intempestivo.

De seguida, o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) reiterou a necessidade de bom senso dos partidos da oposição na apresentação de requerimentos. Recordou o amplo debate havido já na Comissão com o Senhor Ministro sobre o aumento dos transportes e que este tinha afirmado que em Setembro traria à Assembleia da República o Plano Estratégico de Transportes.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Duarte Cordeiro (PS), para lembrar que a audição do Senhor Ministro, realizada em Agosto, tinha ficado incompleta, nas palavras do próprio Senhor Ministro, que afirmou que a compensação ao aumento dos transportes só seria visível em Setembro. Reiterando a afirmação de que é trabalho de todos os Deputados, a todo



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 9/XII/ 1.ª SL

o momento, fiscalizar a actividade do Governo, afirmou que o PSD e o CDS-PP estavam a obstaculizar a vinda à Comissão do Ministro da Economia e do Emprego e que as medidas merecem ser explicadas no momento em que são apresentadas aos portugueses. Depois de ter feito a comparação com as vezes que o Ministro das Finanças compareceu na Assembleia da República, lembrou o facto de, na Legislatura anterior, o Ministro da Economia ter ido à Comissão inúmeras vezes, a propósito de inúmeros requerimentos, prestar esclarecimentos sobre medidas avulsas.

A esta intervenção respondeu o Senhor Deputado Nuno Matias (PSD), esclarecendo que o seu grupo parlamentar não pretende obstaculizar quaisquer explicações do Senhor Ministro, apenas entende que tudo tem o seu tempo e este requerimento é extemporâneo.

Também o Senhor Deputado Fernando Serrasqueiro (PS) usou da palavra para realçar a diferença de critérios do PSD e CDS-PP em relação ao PS, na Legislatura anterior, para a vinda de membros do Governo à Comissão, e para referir que, até em termos de estratégia comunicacional, politicamente, seria bom mostrar o Ministro da Economia e do Emprego, tendo em consideração a ausência de política económica.

Depois de o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) ter recordado que o seu grupo parlamentar tinha visto muitos dos seus requerimentos não serem aprovados na anterior Legislatura e que então também o Ministro das Finanças vinha mais vezes à Assembleia da República do que qualquer outro membro do Governo, o Senhor Deputado Duarte Cordeiro (PS) concluiu o debate, dizendo que, se o problema era a calendarização da audição, os grupos parlamentares do PSD e do CDS-PP podiam aprová-la e depois agendá-la para a data que melhor entendessem.

Submetido à votação, foi o requerimento rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do BE e do PCP.

6. Votação do requerimento oral apresentado na anterior reunião, pelo Deputado Luís Menezes (PSD), para que se realize a audição das Estradas de Portugal e da Inspeção-Geral de Finanças, a propósito do relatório elaborado por esta última, em reunião conjunta com a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública;

Neste ponto da ordem do dia, usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Saraiva (PSD), para informar que houve já anuência na Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública para fazer as audições em reunião conjunta com a CEOP.

O Senhor Deputado Paulo Campos (PS) informou ainda que o seu grupo parlamentar tinha apresentado um requerimento na COFAP para ouvir ainda os representantes do Estado na Comissão de Negociação com as Concessionárias SCUT.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Pedro Saraiva (PSD) para sugerir a votação formal do requerimento oral do Deputado Luís Menezes.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 9/XII/ 1.ª SL

Submetido à votação, foi o requerimento aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

7. Outros assuntos.

Nada havia a comunicar.

A reunião foi encerrada às 12:20 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 09 Setembro 2011.

A VICE-PRESIDENTE

(ANA PAULA VITORINO)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 9/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Agostinho Lopes
Ana Paula Vitorino
Catarina Martins
Cláudia Monteiro de Aguiar
Duarte Cordeiro
Eduardo Teixeira
Fernando Jesus
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
João Paulo Viegas
Luís Leite Ramos
Luís Menezes
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Paulo Ribeiro de Campos
Pedro Pinto
Pedro Saraiva
Rui Paulo Figueiredo
Jorge Fão
Paulo Cavaleiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carina Oliveira
Heloísa Apolónia
Hortense Martins
Luís Campos Ferreira